

-----Ata número três de dois mil e catorze-----

Ao décimo sétimo dia do mês de março de dois mil e catorze, reuniu a assembleia municipal em sessão ordinária, no auditório municipal, com a seguinte ordem de trabalhos: -----

Ponto um: Período de antes da ordem do dia; -----

Ponto dois: Apreciação da informação escrita pelo Sr. Presidente da Câmara acerca da atividade municipal, situação financeira e processos judiciais pendentes (artigo 25º, n.º 2, alínea c);-----

Ponto três: Regulamento Municipal de atribuição de bolsas de estudo - proposta de aprovação da alteração; -----

Ponto quatro: Regulamento municipal “Ateliers (re) Viver”- proposta de aprovação;-----

Ponto cinco: Regulamento municipal “Viver mais, viver melhor”-”- proposta de aprovação;---

Ponto seis: Regulamento municipal do piquete de pequenas reparações do município de Mesão Frio- proposta de aprovação de alteração; -----

Ponto sete: Postura de trânsito da vila de Mesão Frio- proposta de aprovação da versão final;--

Ponto oito: Moção de defesa dos doentes oncológicos - tomar conhecimento; -----

Ponto nove: Plano de saneamento financeiro- relatório semestral de acompanhamento da execução- tomar conhecimento; -----

Ponto dez: Relatório anual de atividades e avaliação de 2013 da CPCJ- comissão de proteção de crianças e jovens de Mesão Frio (nos termos da alínea h) do n.º 2 do artigo 18.º da lei n.º 147/99 de 1 de setembro)- tomada de conhecimento;-----

Ponto onze: Eleição do representante de junta de freguesia para o conselho municipal de educação; -----

Ponto doze: Período aberto ao público;-----

Presentes os senhores, Carlos Alberto Esteves Miranda, Presidente da Assembleia Municipal, que, nesta qualidade, abriu a reunião às vinte e uma horas e vinte e seis minutos, Anabela Valério Marrafa de Macedo, 1ª secretaria, Luís Miguel Silva Marques, 2º secretário, Carlos Manuel Pombo Soares Silva, Pedro Miguel Alves Poças, Marco Aurélio Correia de Araújo Ferro, Eduardo Cassiano Nogueira Pinto de Miranda, André Filipe Miranda Monteiro, José Eduardo Branco dos Santos, Francisco Guedes Moreira, António César Vicente Nunes, Vítor Miguel Barros da Fonseca, Manuel Fernando Mesquita Correia (PS), José da Fonseca Alves, Maria Teresa Freitas Alves Lúcio, Bruno Miguel Monteiro de Carvalho, Sílvia Andreia

Duarte Pereira Correia, Lisa Maria de Oliveira Martins e Eduardo Pereira Carvalho Sampaio (PPD/PSD).-----

Presentes os senhores, Alberto Monteiro Pereira, Presidente da Câmara Municipal, Paulo Jorge Peres Teixeira da Silva, Cristina Isabel de Almeida Guedes Major (P.S.), Marco António Peres Teixeira da Silva, António José Rodrigues Teixeira (PSD) vereadores.--- -----

Falta injustificada: Paulo Jorge Lacerda Cabral das Neves.-----

Iniciada a sessão, o senhor Presidente da Assembleia colocou à votação as atas nº4 de 2013; nº1 de 2014 e nº 2 de 2014 que obtiveram os seguintes resultados: Ata nº 4 de 2013 - aprovada por maioria, com três votos contra, três abstenções e treze votos a favor. Ata nº 1 de 2014 - aprovada por maioria, com onze abstenções e oito votos a favor. Ata nº 2 de 2014 – aprovada por maioria, com sete abstenções e doze votos a favor. A aprovação destas atas nesta reunião deveu-se ao facto de não ter existido a reunião ordinária anterior. Ainda no que diz respeito à ata número um, o membro Carlos Pombo apresentou a seguinte declaração de voto: “abstenho-me uma vez que não estive presente na respetiva sessão. Não obstante, considero que é de todo descabido a referência na aludida ata a considerações e intervenções que terão sido produzidas. Com efeito, constatada a falta de quórum, a ata a elaborar apenas deverá referir esse mesmo facto, não sendo mais do que uma ata de uma não reunião”. -----

O membro Eduardo Miranda interpelou o presidente da mesa relativamente à alteração da data de realização desta reunião, de catorze para dezassete, ao que este respondeu que naquela data não se encontrava em Mesão Frio, dada a existência de compromissos assumidos anteriormente e que não havia qualquer matéria de carácter urgente.-----

No que diz respeito à ata número dois de dois mil e catorze, foi aprovada com as seguintes alterações: antes da entrega da declaração pelo membro José da Fonseca Alves, este referiu o facto de que no último mandato, apesar do PSD deter a maioria na Assembleia Municipal, por respeito ao princípio de cidadania, aquele grupo parlamentar não inviabilizou a eleição do Dr. Eduardo Miranda para a presidência do Órgão.-----

De seguida o senhor presidente deu conhecimento à AM sobre a correspondência recebida, possibilitando o seu exame aos deputados que o solicitassem. Os documentos foram os seguintes: um ofício do ministério do ambiente território, no âmbito da informação das autarquias sobre um conjunto de reformas legislativas e regulamentares no setor dos resíduos

sólidos urbanos e ofício do Tribunal de Contas, no âmbito da homologação da conta relativa ao exercício de dois mil e oito- recomendações-----

No ponto um, o senhor presidente da AM abriu as inscrições. Pediu a palavra o membro Carlos Pombo que felicitou o Sr. presidente da CM, por ter sido eleito presidente da associação do douro histórico, prosseguiu com o que chamou de direito de defesa, reportando-se à ultima assembleia, nomeadamente à acusação feita pelo grupo parlamentar do PSD de falta de ética e referiu não ser assessor jurídico da CM, mas sim advogado avençado. Voltou a referir que, no passado, situações idênticas não foram colocadas em causa pelos mesmos que agora levantam a questão. Recordou que foi Presidente da AM, eleito pelo PSD, e, ao mesmo tempo, advogado da Autarquia. Então, o PS também levantou dúvidas acerca da situação, tendo a CCDR-N admitido a legalidade da mesma. O mesmo estranhou ainda que um jornal regional tivesse noticiado a questão da destituição do presidente da AM, alegando factos que não correspondiam à verdade, sendo certo que quem poderia esclarecer a situação, ou seja, quem suscitou a destituição, não tenha sido contactado para esse efeito. Apresentou uma moção, que se anexa a esta ata, contra o fecho da repartição das finanças de Mesão Frio, solicitando que a mesma fosse subscrita conjuntamente por todos os elementos, por forma a que, caso a mesma fosse aprovada, esta traduzisse um sentimento de grupo e não apenas do PS. Referiu ainda que, com base numa ata da CM, tomou conhecimento do facto do vereador da oposição Marco Silva se recusar a subscrever uma moção contra o fecho do Tribunal de Mesão Frio, não constando da mesma ata a sua fundamentação.-----

O membro Eduardo Miranda apresentou uma proposta de moção contra o fecho das finanças que se anexa a esta ata. -----

O Sr. presidente da AM questionou o líder do PSD sobre a existência de mais alguma proposta ao que foi respondido que não e perguntou também aos dois subscritores das respetivas moções se seria possível apresentar uma única moção, dado considerar que a elaboração de documentos diferentes sobre a mesma matéria não será a melhor forma de nos fazermos ouvir. O membro Eduardo Miranda referiu que da sua parte seria difícil tal convergência uma vez que já deixou de acreditar em conversas e o que os afasta são as consequências, pelo que devemos ser mais exigentes, tomando medidas que sejam de forma categórica assinaladoras da nossa vontade e que se façam ouvir junto do poder central. O membro Carlos Pombo referiu que o único parágrafo com o qual não concorda e não

subscreve é o apelo ao voto em branco, dado que mal seria que uma AM apelasse ao voto em branco, uma vez que este impossibilita a mudança, e que, nas próximas eleições, deveríamos votar, isso sim, numa força partidária que condene esta política e que se proponha alterar a situação. O membro Eduardo Miranda referiu que não há o apelo à abstenção, mas sim ao voto em branco. Por outro lado, se o PSD, CDS e PS estão envolvidos desde o princípio, questionou em quem votar, daí a proposta do voto em branco.-----

Não existindo consenso, as duas moções foram postas a votação pelo Sr. presidente da AM. A moção apresentada pelo membro Carlos Pombo foi aprovada com dezassete votos a favor e duas abstenções e a moção apresentada pelo membro Eduardo Miranda não foi aprovada, obtendo, registando-se nove votos contra, sete votos a favor e três abstenções.-----

O membro Eduardo Miranda solicitou o uso da palavra tendo lido um documento que se anexa a esta ata. -----

A deputada Lisa Martins apresentou a sua discordância em relação à opinião do membro Carlos Pombo, relativamente à sua posição sobre a atitude do grupo parlamentar do PSD na última reunião. Referiu que o grupo parlamentar do PS deveria ter assistido à reunião que tinha pontos importantes para o interesse dos munícipes, no entanto falharam. Colocou as seguintes questões ao Sr. presidente da CM: quantas nomeações fez para cargos políticos?; quem foram essas pessoas?; qual o custo mensal para o município? Em reunião de AM de vinte e nove de novembro, referiu que a CM não tinha dinheiro pelo que teria de desprometer funcionários atuais da CM para exercerem funções na Biblioteca Municipal (BM), no entanto nomeou pessoas para cargos políticos. Acrescentou que o membro Carlos Pombo, na mesma reunião, referiu que, por erros do passado, o município estava impedido de investir. Assim o atual executivo investe em cargos políticos? Qual o papel do Dr. Cassiano, uma vez que executou um contrato de avença com o membro Carlos Pombo? Qual o custo desta contratação? O que o Sr. presidente da CM está a fazer não será gestão danosa? Ainda em relação ao Sr. Carlos Pombo, solicitou uma explicação relativamente às diferenças entre jurista e advogado. Colocou novamente questões ao Sr. presidente da CM: o que aconteceu com o funcionário da CM, o Sr. Marco Egas, para ser suspenso?-----

O membro Eduardo Sampaio questionou a 1.ª secretária com a seguinte pergunta: Como se prestou a fazer uma eleição para 2.º secretário, quando o que estava presente não tinha sido demitido? E acrescentou “Violou a lei, por isso não deveria haver a eleição, é ilegal”. -----

O membro José Alves referiu que quanto ao que o membro Carlos Pombo referiu da ética e da moral, a sua posição é de correção por isso saiu, referindo que a ética e a moral é o bom senso. -----

O Sr. presidente da AM solicitou que nas intervenções fosse apenas referido o fundamental, possibilitando a participação de todos e a gestão do tempo. -----

O membro Carlos Pombo referiu, em resposta ao membro Eduardo Miranda, que não o pode acusar de falta de lealdade, que as questões da destituição lhe foram ditas frontalmente, que foram feitas tentativas de resolução dos problemas, que foram convidados, pelo próprio, a avançar com a destituição, que requereu uma reunião extraordinária que não foi convocada, pelo que tomou a iniciativa de a convocar.-----

O membro Eduardo Miranda referiu que, na reunião para a qual não houve quórum, iria apresentar a justificação para não ter introduzido na ordem de trabalhos os assuntos solicitados na convocatória da reunião extraordinária e de não ter convocado esta reunião. Assim, informou que tinha feito pedidos de esclarecimentos a entidades próprias, pois tinha algumas dúvidas como conduzir a sessão, dado que não era claro que, como presidente, pudesse votar e o que fazer numa situação de igualdade de votação. A falta de respostas a estas questões condicionou o seu procedimento. -----

Dada a palavra ao Sr. presidente da CM, este começou por apresentar cumprimentos aos presentes, desejando felicidades ao atual presidente do AM. Dirigindo-se ao membro Eduardo Miranda referiu que o abandonou a sessão porque consideraram que a reunião deveria terminar no exato momento em que o Sr. presidente da AM disse não haver quórum, sendo que deveria terminar nesse exato momento, não deveria ter apelado a comentários nem deveria ter sido feita a leitura de qualquer documento. Por isso saíram, não devendo tal atitude ser entendida como falta de respeito pelo Sr. presidente da AM. Solicitou que nas reuniões de AM fosse mantido o respeito por todos os elementos que integram as reuniões desta AM, evitando-se comentários relativamente aos elementos do executivo da CM, conforme existiram na última reunião que foram chamados de “ratos”. Relativamente a um pedido que o Dr. Eduardo Miranda fez à CM, sobre a existência de documentos trocados entre a CM e a empresa R4, a resposta tarda devido ao facto de ser necessário tempo para pesquisa dos documentos. Referiu ainda que o governo limitou ao mínimo os cargos políticos dos municípios. Acrescentou que, comparativamente aos mandatos anteriores, existem menos

cargos políticos, pelo que, é maior a poupança, podendo ser confirmado pelos relatórios de contas. Relativamente ao funcionário Marco Egas, este teve um processo disciplinar que, por erro processual, foi suspenso e o assunto irá novamente à reunião de CM. Respondendo ao membro Eduardo Miranda, referiu que vão ser contratados, para a Biblioteca Municipal, funcionários com perfis adequados e que, se o referido deputado conhecer alguém com competências então que apresente tal elemento.-----

A Sr^a 1.^a secretária, respondendo ao membro Eduardo Sampaio, questionou-o da leitura da ata e realçou o facto de, no momento em que teve de orientar os trabalhos da reunião reparou que fora incluído um ponto na ordem de trabalhos, precisamente o da eleição e teve o cuidado de questionar o Sr. Carlos Pombo no sentido de justificar tal inclusão. Tal justificação consta da ata da referida reunião, onde o membro Carlos Pombo refere que era do seu conhecimento o pedido de demissão do membro Pedro Poças e se, de alguma forma, existisse algum erro no processo, o membro Pedro Poças estava presente na reunião pelo que seria a pessoa mais indicada para o referir. Por outro lado, a questão deveria ter sido suscitada na própria reunião e não à posteriori e que, a existir um erro processual este é o local mais indicado para a sua correção, colocando-se tal questão à consideração desta AM. O Sr. presidente da AM referiu que se está a tratar de uma demissão e não de uma suspensão conforme referiu o Sr. Sampaio concluindo que é um casos que todos julgam ultrapassado. Ninguém se opôs a esta conclusão. O Sr. presidente da AM, respondendo ao membro Eduardo Miranda, referiu que é avaliado pelo histórico e que o seu passado é transparente, tendo desempenhado funções públicas, cujo trabalho é do conhecimento de todos, não podendo ser acusado de deslealdade para com o mesmo. Assumiu o cargo de presidente da AM por uma questão de dever e foi necessária muita coragem para ficar, comparada com a coragem necessária para continuar como membro da AM ou para solicitar a sua demissão. A muito custou, tomou a decisão de ficar, uma vez que sempre defendeu que o Dr. Eduardo Miranda deveria manter-se no cargo de presidente da AM. Propôs demissão completa desta AM, mas não conseguiu implementar esta proposta. Acrescentou que é com preocupação que vê a situação do país. Não podem ser os decisores políticos a tirarem a esperança aos jovens. Estamos condenados a quarenta-cinquenta anos de miséria. No município apenas nascem dez crianças num ano. As pessoas não têm a noção do que isto vai ser daqui a quatro anos. A amizade que tem pelas pessoas presentes coabita com as suas ideologias, discordando com alguns políticos, quando referem que as funções do

estado são a segurança, a diplomacia, os tribunais e as forças militares. Isto é a representação de uma ideia com a qual não concorda. Apesar do mérito destas funções do estado, o que realmente deve ser acautelado é a saúde, a educação a segurança social. Poderá defender, em locais como a AM, o seu pensamento político fundamentado. Não lhe agradou a situação em que se viu envolvido, mas assumirá as suas funções com espírito de sacrifício e com total empenhamento. -----

No ponto dois, o Sr. presidente da CM apresentou o relatório financeiro, referindo que a situação atual é dramática, a dívida é grande, no entanto está-se no bom caminho no que diz respeito ao pagamento da dívida. Os ordenados poderão estar em risco, não tem dinheiro para pagar aos funcionários avançados para a BM. Já saíram dois funcionários. Com estes dois ordenados é possível o pagamento de seis funcionários avançados. A atividade da CM foi enviada aos elementos. Quanto à informação jurídica, por lapso, nesta informação não consta um processo que o satisfaz: o processo relativo à continuidade da chefe de divisão financeira foi arquivado, dando razão os presidente da CM, pelo tribunal administrativo. Quanto ao processo da funcionária Florbela Silva, estão a ser dados passos para a resolução da situação, dado estarem reunidas as condições. -----

No que diz respeito às atividades da CM e pendentes, a CM terá de pagar seis mil euros (mil e duzentos contos) aos advogados relacionados com a construção do pavilhão multiusos que não foi construído. Do relatório para o desenvolvimento económico e social, Mesão Frio encontra-se em primeiro lugar no que diz respeito à qualidade de vida dos municípios em dois mil e doze, do distrito.-----

O membro Eduardo Sampaio questionou o Sr. presidente da CM relativamente aos custos do terrenos para a ETAR de Oliveira. O Sr. presidente respondeu que não custou nada ao município ao que o Sr. Sampaio referiu não acreditar, mas deu os parabéns. -----

No ponto três, posta à discussão e votação, foi aprovado por unanimidade a proposta de aprovação da alteração Regulamento Municipal de atribuição de bolsas de estudo. -----

No ponto quatro, a deputada Lisa Martins apresentou congratulações pelas atividades, deixando uma sugestão, no que se refere ao artigo oitavo, devendo contemplar a freguesia de St. André, ao que o Sr. presidente da CM respondeu já estar considerado o transporte gratuito para os respetivos beneficiários. Posta à votação, foi aprovado por unanimidade o Regulamento municipais “ Ateliers (re) Viver”. -----

No ponto cinco, após discussão e votação, foi aprovado o Regulamento municipal “Viver mais, viver melhor”, por maioria, com quinze votos a favor, três abstenções e um voto contra.-----

No ponto seis, após discussão e votação, foi aprovado por unanimidade o Regulamento municipal do piquete de pequenas reparações do município de Mesão Frio. -----

No ponto sete, o membro José Alves questionou se na Av. Cons. José Maria Alpoim, do lado direito de quem desce, a partir de trinta minutos paga-se uma taxa? Deixou a sugestão de não haver taxas de estacionamento dadas as dificuldades económicas, no entanto se o estacionamento se prolongasse para além dos sessenta minutos em frente ao edifício da CM então o pagamento seria devido. Sugeriu ainda que nos parques de estacionamento não existissem taxas. -----

A deputada Lisa Martins referiu que, caso o município decidisse fazer a taxação, seria da competência da AM definir o valor das taxas.-----

Procedendo-se à votação, a proposta de Postura de trânsito da vila de Mesão Frio foi aprovada por maioria com treze votos a favor e seis votos contra. -----

No ponto oito, o Sr. presidente da AM corrigiu o lapso na ordem de trabalhos. Onde se lê “tomada de conhecimento” deve ler-se “aprovação”. -----

O membro Pedro Poças referiu que o governo restringiu o fornecimento de determinado tipo de medicamentos apenas ao IPO de Coimbra e Porto e em oftalmologia de Lisboa, Coimbra e Porto, pondo em causa, mais uma vez, o sistema nacional de saúde e o princípio da igualdade. Assim, um doente de Bragança ou Vila Real, para receber determinados tratamentos, terá de se deslocar ao IPO do Porto, ou, mesmo, ao IPO de Coimbra ou Lisboa e sublinhou que o vereador Marco Silva votou contra esta moção quando a mesma está a ser aprovada por unanimidade, em todo o país. Passando à votação a Moção de defesa dos doentes oncológicos foi aprovada por unanimidade. -----

No ponto nove, nos termos da lei, o Sr. presidente da CM informou que está obrigado ao envio de um relatório semestral, relativo ao plano de saneamento financeiro, do qual foi dado conhecimento. -----

No ponto dez, o Sr. presidente da AM referiu que o Relatório anual de atividades e avaliação de 2013 da CPCJ- comissão de proteção de crianças e jovens de Mesão Frio (nos termos da

alínea h) do n.º 2 do artigo 18.º da lei n.º 147/99 de 1 de Setembro) foi enviado a todos os elementos, não havendo intervenções. -----

No ponto onze, o membro Carlos Pombo indicou o nome de Fernando Mesquita Ferreira, presidente da junta de freguesia de Oliveira, para representante no Conselho Municipal de Educação. Não havendo mais nenhuma proposta, procedeu-se à votação, por escrutínio secreto, tendo sido eleito, por maioria, com treze votos a favor e seis votos brancos. -----

No ponto doze, após autorização da Mesa da AM, o vereador Marco Silva referiu que vem testemunhando, em sucessivas reuniões desta AM, que o Sr. presidente da CM diz o que quer com a prerrogativa de não ser contestado, dizendo o que quer e lhe apetece, denegrindo o seu passado do qual se orgulha e que também o orgulhava a ele, não vai há muitos anos. O autarca que praticou uma gestão danosa durante vinte anos, teve o apoio do atual presidente da CM e da sua família na aprovação das contas de então, durante dezasseis anos. Referiu alguns exemplos para se perceber o tipo de discurso que é apresentado pelo executivo da CM. No seu tempo havia apenas três cargos políticos, sendo estes funcionários da CM. Atualmente, existem cinco cargos políticos, externos à CM. Nestes cargos políticos o Sr. presidente da CM inclui um chefe de divisão que é um cargo administrativo da CM. É com este tipo de demagogia que se denigre um passado. O seu silêncio nas reuniões da AM não significa que está esmagado, antes pelo contrário.-----

O membro Carlos Pombo referiu que gostaria de ter ouvido do vereador Marco Silva sobre os motivos que o levaram a não votar, favoravelmente, a moção contra o encerramento do tribunal no município. -----

O vereador Marco Silva referiu que o membro Pedro Poças estava mal informado, uma vez que no final de uma reunião da CM, o Sr. presidente apresentou aos elementos da oposição um papel afirmando que havia uma subscrição a decorrer e que veio de uma câmara qualquer, questionando-os se assinavam, respondendo que não assinava e afirmando que não houve nenhuma votação. No que diz respeito ao tribunal, disse que não votou a favor desta moção só porque todos votariam nela, para além de que há necessidade de criar condições para manter as pessoas no município, caso contrário o tribunal será apenas para meia dúzia de pessoas. ----

Nada mais havendo a tratar, foi lida e aprovada por unanimidade a minuta da reunião, sendo, de seguida, encerrada a sessão, pelas vinte e quatro horas e treze minutos.-----



MESÃO FRIO

MUNICÍPIO DE MESÃO FRIO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

O Presidente da Assembleia _____

(Carlos Alberto Esteves Miranda)

A 1.ª secretária _____

(Anabela Valério Marrafa Macedo)

O 2.º secretário _____

(Luís Miguel Silva Marques)

